

# ESTUDO HISTÓRICO E ETNOLÓGICO DO VALE DO TUA

---

## *Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua*

Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor

Porto, 2017



VOLUME  
I

edp

# ESTUDO HISTÓRICO E ETNOLÓGICO DO VALE DO TUA

(Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)

COORDENAÇÃO

Pedro C. Carvalho

Luís Filipe Coutinho Gomes e João Nuno Marques

Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua

*edp*

Porto, 2017

VOLUME  
**I**

## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO

Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua  
(Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)

### COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Pedro C. Carvalho  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

### COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Luís Filipe Coutinho Gomes  
Diretor Técnico do PSPC do AHFT pelo Consórcio Arqueohoje&Palimpsesto. Sócio gerente da Arqueohoje, Lda.  
João Nuno Marques  
Diretor Técnico do PSPC do AHFT pelo Consórcio Arqueohoje&Palimpsesto. Sócio gerente da Palimpsesto, Lda.

### AUTORES

Alejandro Beltrán Ortega  
Ana Rita Rocha  
Armando Redentor  
Carlos Duarte  
Catarina Tente  
Damián Romero Perona  
Dulcineia B. Pinto  
Elisabete Pereira  
F. Javier Sánchez-Palencia  
Fabiola Franco Pires  
Fernando Cerqueira Barros  
Joana Castro Teixeira  
João Paulo Barbosa  
José Antonio López Sáez  
Juan Luis Pecharrormán Fuente  
Lois Ladra  
Manuel António Pereira Couto  
Manuel Abrunhosa  
Marcos Osório  
Marta Azevedo  
Miguel Cipriano Costa  
Mónica Ruiz Alonso  
Natália Fauvrelle  
Nuno Miguel Ferreira  
Nuno Silveira  
Pedro C. Carvalho  
Rui Pedro Barbosa  
Sofia Tereso  
Telmo Salgado

### DESIGN GRÁFICO e PAGINAÇÃO

João Pedro Rato e Luís Ferreira

### EDIÇÃO

EDP, S.A.  
Edições Afrontamento, Lda.  
Rua Costa Cabral, 859 – 4250-225 Porto  
www.edicoesafrontamento.pt  
geral@edicoesafrontamento.pt

### IMPRESSÃO

Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira  
geral@rainhoeneves.pt

### ISBN

978-972-36-1600-2

### DEPÓSITO LEGAL

431538/17

### DISTRIBUIÇÃO

Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.  
comercial@companhiadasartes.pt

### TIRAGEM

1500 exemplares

PORTO, 2017

## ÍNDICE

### ESTUDOS SETORIAIS (Volume I)

4	<b>00</b> Prefácios
10	<b>01</b> Introdução (Pedro C. Carvalho, Luís Filipe Coutinho Gomes e João Nuno Marques)
18	<b>02</b> Áreas de estudo, objetivos e metodologias (Pedro C. Carvalho)
46	<b>03</b> Pré-história (Joana Castro Teixeira)
170	<b>04</b> Proto-história (Dulcineia B. Pinto)
240	<b>05</b> Época Romana (Pedro C. Carvalho)

### ESTUDOS SETORIAIS (Volume II)

4	<b>06</b> Alta Idade Média (Catarina Tente)
58	<b>07</b> Idade Média (Ana Rita Rocha)
126	<b>08</b> Época Moderna e Contemporânea (Manuel António Pereira Couto)
244	<b>09</b> Etnologia (Lois Ladra)

### AÇÕES ESPECÍFICAS E PARTILHADAS (Volume III)

4	<b>10</b> Sistemas de informação geográfica (Marcos Osório, Telmo Salgado)
60	<b>11</b> Geologia (Manuel Abrunhosa)
78	<b>12</b> Mineração antiga (F. Javier Sanchez-Palencia, Damián Romero Perona, Alejandro Beltrán Ortega e Juan Luis Pecharrormán Fuente)
124	<b>13</b> Palinologia e antracologia (José Antonio López Sáez, Mónica Ruiz Alonso, Joana Castro Teixeira)
138	<b>14</b> Geoarqueologia (Catarina Tente e Carlos Duarte)
146	<b>15</b> Arqueogeografia (Miguel Cipriano Costa)
178	<b>16</b> Epigrafia romana (Armando Redentor)
208	<b>17</b> Numismática romana (João Paulo Barbosa)
230	<b>18</b> Arquitetura e território (Fabiola Franco Pires e Fernando Cerqueira Barros)
308	<b>19</b> Paisagem agrícola (Natália Fauvrelle e Rui Pedro Barbosa)
366	<b>20</b> Plano de salvaguarda (Rui Pedro Barbosa, Elisabete Pereira, Marta Azevedo, Nuno Silveira e Nuno Miguel Ferreira)
392	<b>21</b> Conclusão (Pedro C. Carvalho, Luís Filipe Coutinho Gomes e João Nuno Marques)

**Agradecimentos:** Alexandre Lima, Amílcar da Conceição Rodrigues, Ana Cristina Ramos, Ana Rita Ferreira, Ana Teresa Peixinho, Anabela Peres, Antónia Tinturé, António Felício, António Sá Gué, António Vallejo Paes, Carla Rosa, Carlos Carvalho Dias, Carlos Cunha, Carlos d'Abreu, Carlos Delgado, Carlos Pinto Moreira de Sá, Carolina de Goes, Célia Quintas, Cristiano Morais, Dário Antunes, David Ferreira, Diogo Guedes Ferreira, Eduardo Beira, Elisabete Santos, Emília dos Anjos Mota, Fernando Barbosa, Fernando R. Santos, Francisco Queiroz, Helena Pontes, Joana Leite, Luís Pereira, Firmino Normando Vilares, Gualter Viriato Esteves, Hélder José Amorim da Silva, Inês Vasconcelos, Isidro Gomes, João Guedes, João Monteiro, João Madeira, João Paulo Avelãs Nunes, Joaquim Folhento, Joaquim Pêra, José Carlos Boura, José Carlos Reigadas, José Francisco Ferreira Queiroz, José Luciano Nascimento, José Ruivo, Liliana Benites Carvalho, Luciano Vilas Boas, Lucília do Céu, Luís Pereira, Maria de Jesus Sanches, Maria João Moita, Maria Laurinda Esteves, Maria Manuela Batista Assunção, Miguel Rodrigues, Nádia Figueira, Nuno Brito Jorge, Nuno Portal, Octávio Ribeiro, Patrícia Costa, Patrícia Rafaela Silva, Paulo dos Santos, Pedro Baptista, Pedro Cruz, Pedro Cunha, Pedro Rafael Morais, Profissionais alocados à obra da EDP Produção, da Fiscalização (Consórcio Fase-Gibb), da Coordenação de Segurança em Obra (Tabique), da Coordenação e Integração Ambiental (Profico Ambiente) e do Empreiteiro Geral (Foz Tua A.C.E.), Rui Santo, Sara Luísa Marques da Cruz, Sara Prata, Shawn Parkhurst, Sofia Lacerda, Sofia Tereso, Teresa Soeiro, Tiago Pereira e Xerardo Pereira.

Associação Cultural e Social do Amieiro, Associação Santo Mamede, Beta Analytic Limited, Biblioteca do Museu do Douro (Régua), Bibliotecas Municipais de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Murça, Vila Flor e Mirandela, Casa-Museu Maurício Penha (Sanfins do Douro), CEMUP - Centro de Materiais da Universidade do Porto, CICA - Centro de Interpretação do Castelo de Ansiães, Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Foto Morais (Alijó), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto Internacional de Investigaciones Prehistóricas de Cantabria, Junta de Freguesia de Caravelas, Municípios de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor.



Fot. 6: Vale do Tua, na área de Abreiro, com o povoado (inérito) de Sobreira, ao centro, sobranceiro ao rio (© P.C. Carvalho).

# 02

## ÁREAS DE ESTUDO OBJETIVOS METODOLOGIAS

Pedro C. Carvalho

## 2. Área de Estudo, Objetivos e Metodologias

### 2.1. Objetivos e área(s) estudada(s)

A área dos concelhos de Alijó, Carraceda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor, no Programa do AHFT, foi definida como o quadro geográfico geral de referência do EHEVT – a parte sul / sudeste do concelho de Valpaços foi também incluída como área de estudo do EHEVT, por razões de ordem científica. No Programa Metodológico reformulado do EHEVT, de acordo também com um parecer da DRCN, ficou consagrada “uma graduação da profundidade de análise”, face à grande extensão desta área. Com efeito, a considerável amplitude (c. 2.000 km<sup>2</sup>) e a manifesta diversidade geográfica da área definida para estudo, a diferença observável na quantidade de informações disponíveis para as diferentes épocas e as especificidades

que encerravam cada um dos estudos setoriais (no que concerne à natureza das fontes, às metodologias adotadas e a alguns dos objetivos específicos definidos), justificaram essa redefinição da área em estudo.

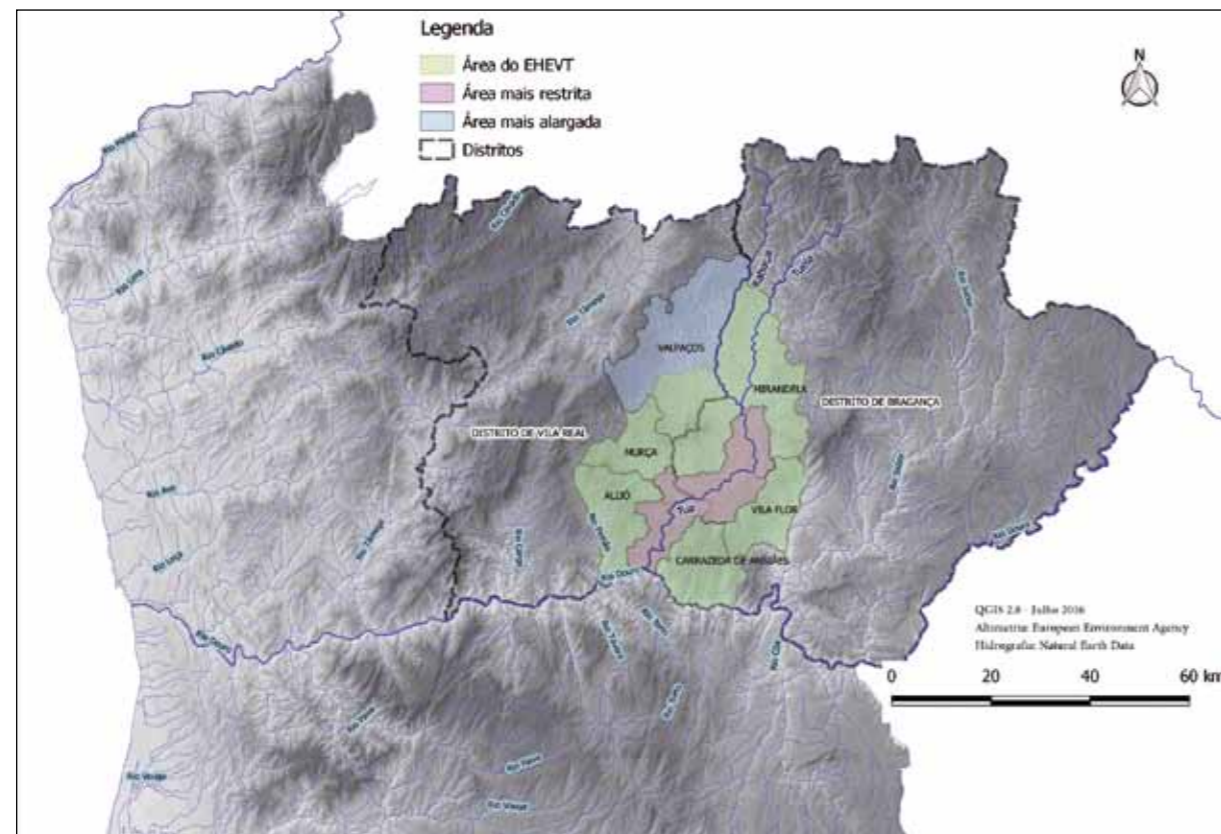
Tendo particularmente em conta os estudos de natureza mais arqueológica e a necessidade de programar trabalhos de campo, o quadro geral geográfico de referência foi desde logo dividido em 5 blocos geográficos – subdivisão definida de acordo com as particularidades geomorfológicas da região<sup>1</sup>. Estes blocos geográficos da bacia do Tua foram alvo de diferentes escalas de análise: alguns, por diferentes razões (por apresentarem um maior número e variedade de tipos de sítios; pela importância de alguns sítios na estruturação

do povoamento em geral; por se querer contrastar a relação entre variáveis naturais e distribuição do povoamento; ou por corresponderem a áreas mais bem estudadas, sendo maior o conjunto de dados para análise), foram eleitos para ser objeto de análise territorial mais exaustiva – ou seja, seria sobretudo nestes blocos que se planeariam as prospeções e as realocações. Outros blocos foram observados a uma escala diferente, ainda que o levantamento da totalidade do património arqueológico conhecido tenha sido efetuado para a toda a região em estudo mediante um inventário simples (e georreferenciado) e uma análise global enquadradora (Mapa 1).

Nos trabalhos de campo, os estudos de âmbito arqueológico foram convergindo no sentido de elegerem como prioritários os mesmos blocos – decisão considerada metodologicamente importante, uma vez que o enfoque no cruzamento de informações e na continuidade / descontinuidade da ocupação / povoamento ao longo de vários milénios, ganharia deste

modo outro lastro informativo de suporte. Também as chamadas “metodologias partilhadas” foram sendo projetadas para incidir preferencialmente sobre essas mesmas áreas objeto de estudo mais intensivo. Com este tipo de abordagem procurou-se ultrapassar a dificuldade de análise que a dimensão da região inicialmente definida colocava, concentrando-se, assim, esforços em áreas menos amplas, as quais pudessem servir como amostras mais representativas do povoamento antigo.

O Estudo Setorial de Época Romana também se inscreveu nesta abordagem: i) de escala alargada e de âmbito extensivo (baseada também em realocações) em toda a área definida genericamente como pano de fundo do EHEVT (nesta área, à semelhança do que se fez para a Pré e Proto-História e Alta Idade Média foram inventariados e georreferenciados todos os sítios já conhecidos); ii) e concentrando mais atenções em zonas concretas deste território de forma concertada como os outros estudos arqueológicos<sup>2</sup>. Este estudo,



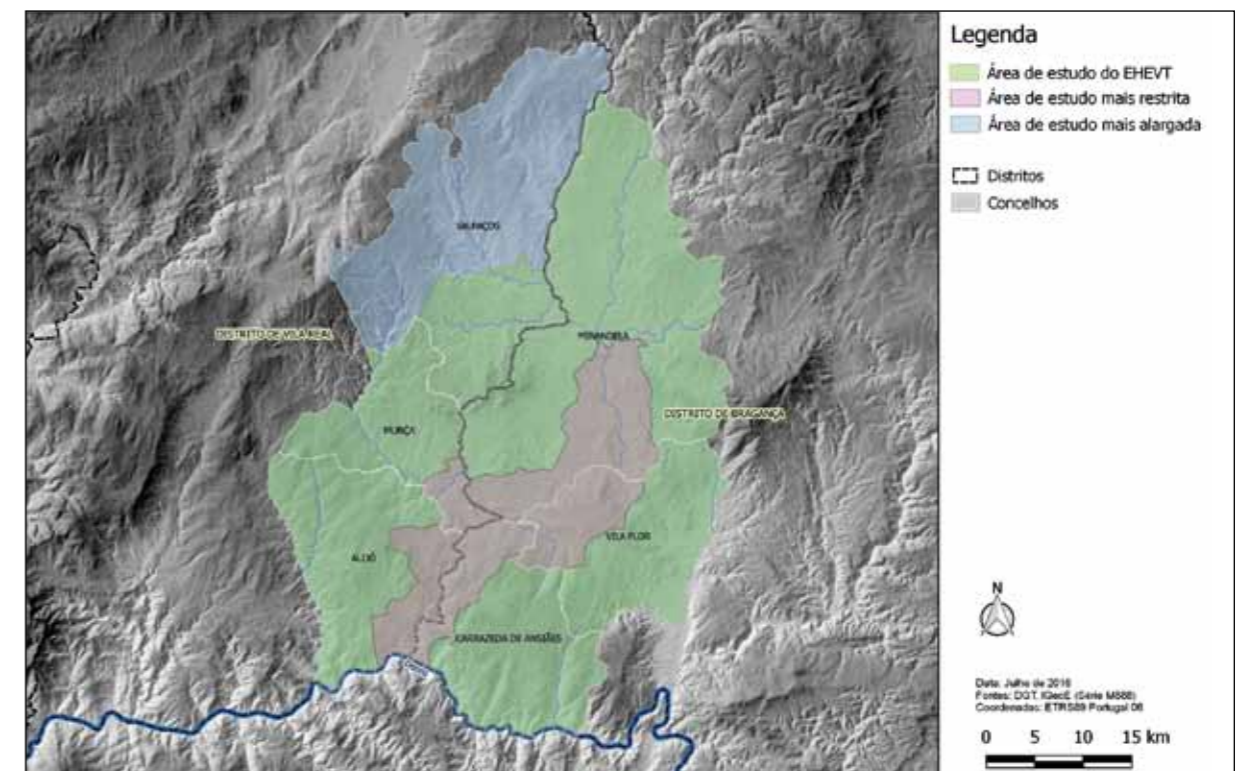
Mapa 1: Quadro administrativo: localização da área em estudo.

porém, não obstante a grande amplitude da região do EHEVT, decidiu alargar a sua área a todo o concelho de Valpaços. Tratou-se de uma decisão que foi ditada pela importância que toda a área de Valpaços revelou ter para a compreensão da ocupação romana da bacia hidrográfica do Tua; por sua vez, uma das possíveis capitais territoriais em Época Romana (Vale de Telhas) encontrava-se precisamente no limite do concelho de Mirandela com o de Valpaços, no trajeto da importante via XVII do Itinerário de Antonino, sendo importante perceber o modo como o povoamento romano se articulava nessa zona, sem os constrangimentos que os limites administrativos atuais podiam colocar a essa abordagem<sup>3</sup>.

Se a área atual dos concelhos de Alijó, Carraceda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor foi também definida como quadro geográfico da investigação histórica documental para a Idade Média (desde logo porque o investigador responsável por esse estudo setorial, nessa fase, não previa encontrar um volume de informação documental incompatível com os objetivos e os prazos de execução do Estudo), o mesmo não se verificou para

o estudo setorial de Época Moderna e Contemporânea. Com efeito, face ao elevado número e à diversidade de fontes históricas para essas épocas, a opção orientou-se no sentido de circunscrever o estudo de Época Moderna a uma área geográfica menos vasta, permitindo assim uma maior profundidade de análise e a produção de novo conhecimento histórico sobre a região. A área preferencial selecionada foi a das 17 freguesias ribeirinhas mais diretamente afetadas pela futura albufeira<sup>4</sup>. Estas são, de montante para jusante, ao longo do Tua: Valverde, Frechas, Vilarinho das Azenhas, Barcel, Vilas Boas, Navalho, Freixiel, Abreiro, Pereiros, Candedo, Pinhal do Norte, Santa Eugénia, Carlão, Pombal, Amieiro, São Mamede de Ribatua, Castanheiro e Castedo. De todo o modo, a vasta região do Tua, abrangendo cinco concelhos, continuou a ser também para este estudo o cenário macro de análise, permitindo, assim, enquadrar regionalmente a investigação desenvolvida, articulando-se também melhor com o estudo da Idade Média (Mapa 2).

Idêntica opção foi tomada para o estudo Etnológico. Ditou-a a quantidade e diversidade de informação



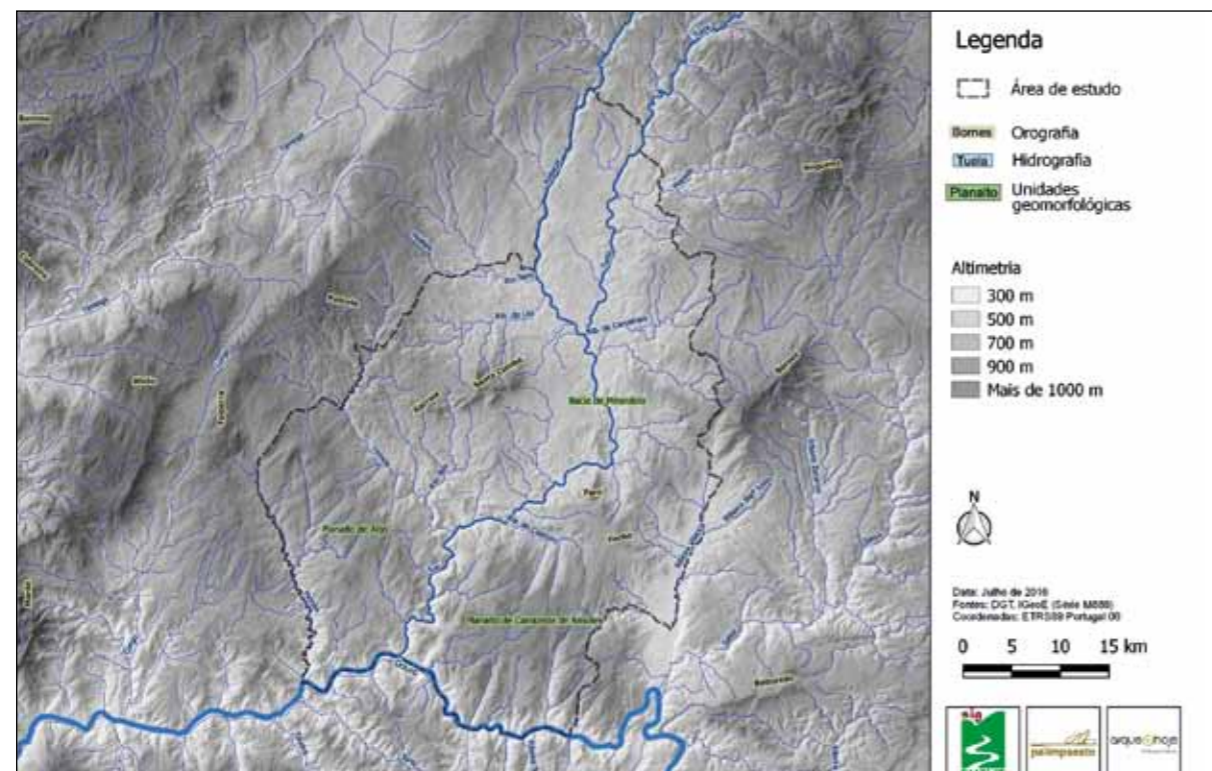
Mapa 2: Localização administrativa da(s) área(s) em estudo.

de natureza etnológica existente no Vale do Tua e a articulação estreita que particularmente este estudo estabeleceu com a equipa de acompanhamento de obra (PSPC-AHFT) e com o levantamento exaustivo das OP'S (Ocorrências Patrimoniais) que esta equipa efetuou na área da futura albufeira. Por sua vez, a convergência entre o Estudo da Época Moderna e Contemporânea e o Estudo Etnológico permitiria também articular para as épocas mais recentes o trabalho de campo e as fontes documentais, potenciando ao máximo a ligação entre ambas as abordagens – a histórica e a etnológica – tendo sempre como pano de fundo a relação Homem-Território, neste caso num contexto fluvial e ribeirinho.

Em suma, e *grosso modo*, a área global de estudo coincide com a bacia hidrográfica do Tua. Centra-se, assim, no vale deste rio – cujo berço se encontra na confluência entre os rios Tuela e Rabaçal, correndo depois lentamente pela Bacia de Mirandela até atingir a rutura de declive entre Frechas e Cachão (Santos, 2005) e descrever uma apertada curva em cotovelo, anunciando o seu curso inferior que, sobretudo a partir de Abreiro e Amieiro e depois de receber as águas do Tinhela, é conduzido até à sua foz, no Douro, por entre

um vale profundamente encaixado, talhado em vertentes graníticas frequentemente escarpadas. A norte, esta área estende-se até aos limites setentrionais do concelho de Mirandela (quase até à serra da Coroa), estruturada pelos cursos dos rios Rabaçal e Tuela, prolongando-se ainda ao longo do rio Torto até às terras altas planálticas de Valpaços. Em direção a sul e a ocidente prossegue até Murça, pelo lado das serras de Santa Comba e da Garraia, tocando mesmo a serra da Padrela e indo para além do rio Tinhela, passando o planalto do Pópulo/Arçã, prosseguindo depois por Alijó, até atingir o vale profundo por onde corre o rio Pinhão. O Douro, mais a sul, impõe-se, constituindo o limite de uma área que continua pelo planalto de Carrazeda de Ansiães até atingir, a oriente, o limite do vale da Vilarça, no concelho de Vila Flor ou, mais a norte, as terras altas sobranceiras ao Tuela, nos contrafortes ocidentais das imponentes serras de Bornes (1201 m) e da Nogueira (1320 m).

Este é um território vasto, muito diferenciado em termos orográficos e climáticos, marcado tanto pelos vales profundamente cavados do Tua, Tinhela, Rabaçal e Pinhão, como por áreas planálticas ou por vales e planuras, desenhados por suaves colinas onduladas, com destaque



Mapa 3: Principais unidades e marcadores geográficos da área em estudo

para a extensa depressão da Bacia de Mirandela, onde por vezes se erguem abruptamente, marcando a paisagem e avistando-se de muito longe, alguns vigorosos relevos isolados, como a serra de Santa Comba (1013 m), entre Valpaços, Murça e Mirandela, e as cristas quartzíticas de Faro (822 m), Senhora da Assunção (776 m) e Facho (767 m), junto a Vila Flor, ou o monte da Senhora Cunha (826 m), assinalando o território do Tua inferior e de Alijó.

Neste cenário, as altitudes variam muito, por vezes de forma abrupta: entre os 1150 m da Padrela e os 1000 m da serra de Santa Comba, os 700-900 m da *Terra Fria* planáltica, como a de Alijó/Pópulo, de Carrazeda de Ansiães (ou ainda aquela que se estende entre Carrazedo de Montenegro, Friões e Nozelos, em Valpaços) ou os cerca de 300 m da Bacia de Mirandela (atingindo mesmo a altitude mínima de 216 m) e os 130-80 m no leito do Douro – estas últimas ambas integráveis na *Terra Quente* transmontana (Sanches, 1997: 20-32).

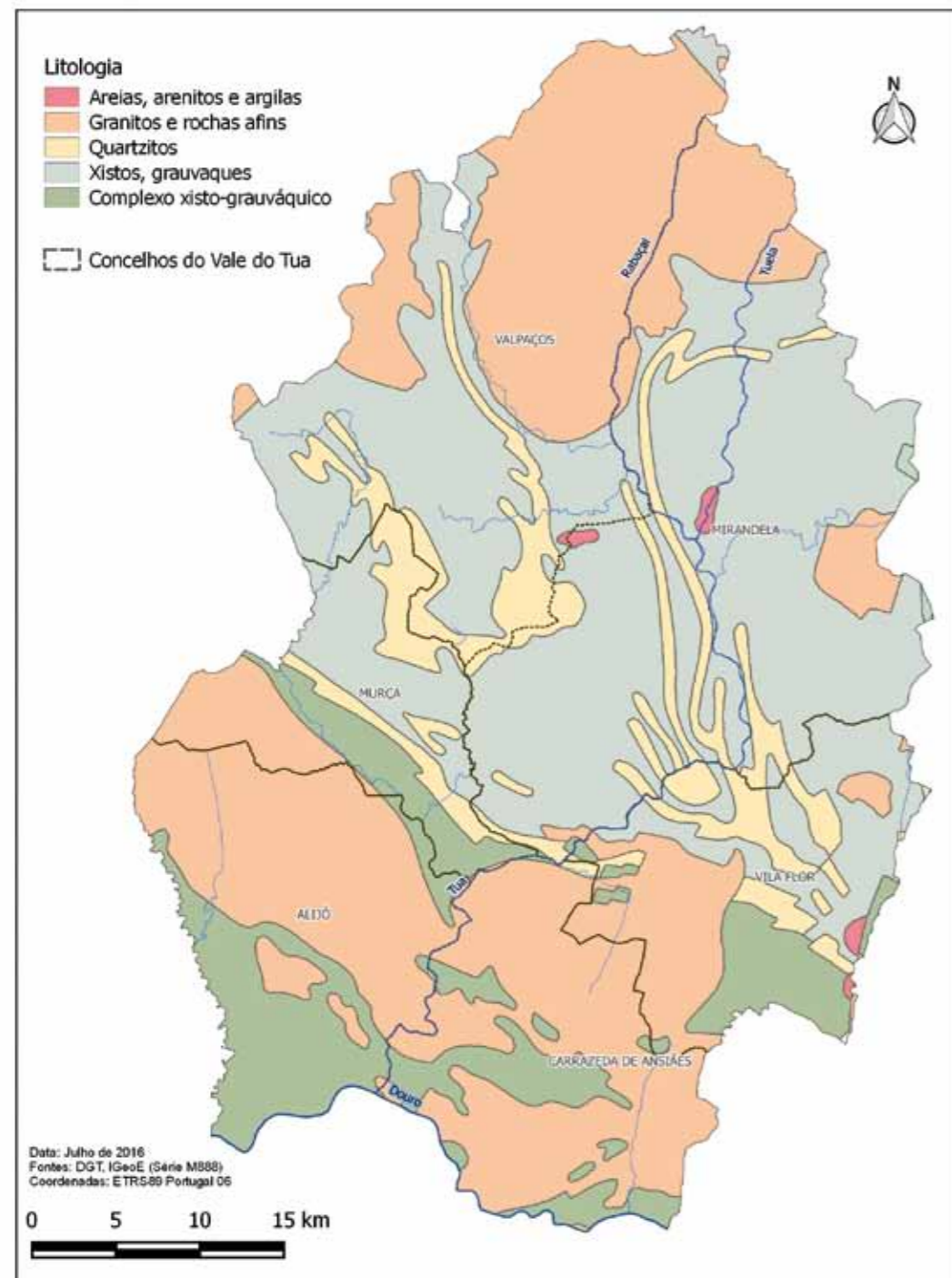
Esta variabilidade fisiográfica explica também a diferenciação climática. Diversidade que se verifica também nas diferentes capacidades de uso dos solos (COBA, 1991) e que é ainda notória em termos litológicos, marcada sobretudo pelo contraste entre a área xistenta, composta por diferentes tipos de xistos e quartzitos, centrados na Bacia de Mirandela, e a área granítica, observável no planalto de Carrazeda de Ansiães, entre Alijó e Murça e ainda no vale do Rabaçal, em Valpaços (Mapa 3).

Este território inscreve-se em grande medida em Trás-os-Montes Oriental ou no Nordeste Transmontano (Ribeiro, 1977), enquadrado a sul pelo Alto Douro. Incorpora diferentes “regiões naturais”, tendo em conta a morfologia em geral, a litologia e o clima, para além do uso da terra (COBA, 1991): *i*) a do Douro, correndo ao longo do vale deste rio, mas estendendo-se até Alijó e ao curso do Pinhão, assim como ao vale da Vilarça; *ii*) a do planalto granítico de Carrazeda; *iii*) e a do Tua, em grande parte ocupada pela Bacia de Mirandela (bacia média do Tua) – sendo este largo território delimitado pelas áreas de Bornes / Sabor, da Padrela e ainda, a norte, pelas terras altas de Bragança. Constitui um território de fronteira, onde Trás-os-Montes Oriental e Ocidental se tocam na Padrela e nas terras altas planálticas que separam as bacias do Tua e do Tâmega (ou Valpaços de Chaves), e onde a *Terra Fria* e a *Terra Quente* transmontanas (Daveau, 1995: 110) alternam e contrastam, sendo ainda marcadamente influenciado pela região duriense (Mapa 4).

O modo como a ocupação e exploração da bacia hidrográfica do Tua evoluiu no decurso desse tempo longo constitui o objetivo central deste estudo territorial. Como antes referimos, o EHEVT foi pensado para constituir um repositório de informação de natureza arqueológica, histórica e etnológica que contribua para caracterizar esta região do vale do Tua ao longo do tempo. Um repositório de informação diversa (onde se registam tanto as ocorrências patrimoniais como as fontes documentais) que seja consultável na atualidade, mas que também fique como legado para memória futura. Mas que se assumam de igual modo como o resultado de investigações sobre diferentes cronologias e temáticas que, perspetivadas de forma cruzada ou articulada, concorram para um melhor conhecimento do modo como este Território foi ocupado e explorado pelo Homem em cada etapa da sua História.

Este foi o objetivo central do EHEVT: a caracterização destas paisagens milenares, assinalando as dinâmicas da sua ocupação e exploração na longa diacronia e na relação estabelecida entre o Homem e o território onde se inscreve o rio Tua. Desde as épocas mais recuadas, resgatadas pela Arqueologia, até a épocas mais recentes, documentadas pela investigação histórica, ou então através do levantamento dos testemunhos etnográficos que caracterizam de forma singular a paisagem cultural do Vale do Tua, marcadamente moldada pelo Homem. E englobando tanto os sítios mais emblemáticos, como os lugares deslembados que o desgaste do tempo tinha apagado totalmente da memória.

Os objetivos específicos a cada estudo setorial, ação específica e ação partilhada, serão referidos por cada autor ao longo desta Monografia. Alguns foram definidos logo no início dos trabalhos, outros foram sendo (re) definidos à medida que a investigação se desenrolava. A investigação, mais do que dar respostas a todas as questões inicialmente colocadas, suscita novas interrogações que conduzem necessariamente a outros caminhos de pesquisa – foi o que também aconteceu no decurso deste EHEVT. O caminho que cada investigação seguiu reflete-se na estrutura de cada estudo ou ação. Embora o objetivo central do EHEVT tenha sido fixado à partida, sendo também definida uma linha condutora de investigação comum, a natureza diferenciada das fontes consultadas e do conjunto de dados reunido, só por si, acabou por ditar distintos percursos e debates temáticos, consoante os estudos, libertos de espartilhos prévios.



Carta Litológica da região do Vale do Tua



Os objetivos e os enfoques analíticos foram assim de vária ordem. Centraram-se nas arquiteturas funcionais, orientadas para o uso da terra, para a produção e transformação de recursos. Estudaram-se os sistemas tradicionais de moagem, armazenagem e secagem de cereais. Focaram-se ainda mais no rio, nos sistemas tradicionais de pesca, de navegação e travessia, levantados exaustivamente ao longo do Vale do Tua. Mas também abordaram aspetos de natureza política, social e religiosa, no quadro evolutivo do povoamento – leitura histórica das paisagens feita num tempo longo, tendo em conta os momentos de mudança sociopolítica e devidamente enquadrada pela geografia política antiga. Alguns estudos, sobretudo os que incidiram em épocas históricas, puderam contribuir para esta caracterização geral, focando-se em aspetos mais específicos da história local, como a evolução demográfica, os circuitos económicos, a organização político-administrativa do espaço, os momentos de maior vitalidade ou crise, as infraestruturas de uso público, as culturas dominantes no quadro económico local, os preços dos géneros de consumo quotidiano ou os ofícios. Também se concentraram na definição de tipologias habitacionais e na implantação e conformação territorial das atuais aldeias, ou ainda nos fluxos migratórios contemporâneos, nas festividades cíclicas e nas manifestações materiais da religiosidade popular, entre outras. Abordaram-se ainda, sob distintos ângulos teórico-metodológicos ou diferentes posicionamentos conceptuais, consoante os estudos, as formas de ocupação e exploração do território nas épocas mais recuadas.

Para reforçar a articulação entre estudos e a definição de linhas de pesquisa comuns, foi necessário traçar uma estratégia metodológica de atuação concertada, como forma de avolumar o conjunto de dados e cruzar perspectivas de investigação, passíveis de captar continuidades e discontinuidades ao longo do tempo, designadamente em termos de estratégias de povoamento, de demarcação de linhas de fronteira ou de corredores de circulação. Neste quadro, procuraram-se regularidades, mas também singularidades ou excecionalidades, podendo ser precisamente nestas que se encontraria o carácter identitário destas terras.

Para alcançar este corpo central de objetivos, como veremos no ponto seguinte, foram ainda executadas abordagens metodológicas de carácter transversal aos estudos. As análises palinológicas e antracológicas visavam contribuir para a caracterização da evolução climática e da paisagem ao longo do tempo, sendo consideradas indispensáveis num estudo de arqueologia e território. A geoarqueologia dos socalcos procurou indícios de antigas técnicas e espaços de exploração agrária. O estudo da mineração antiga, tanto pelo carácter estruturante que essa atividade assumiu em certas épocas, como pelo facto de esse estudo estar nesta região em grande medida por fazer, mostrou-se desde o início igualmente importante. O estudo da ocupação da região do Tua na longa duração também foi definido como objetivo central do estudo arqueogeográfico – uma nova perspectiva que assenta sobretudo na análise da informação morfológica observável na fotografia aérea.



Fot. 7: Vale do Douro – do lado esquerdo da imagem (margem direita do rio) as terras de Castedo (© P.C. Carvalho).

## 2.2. Metodologias e protocolos de registo

Cada estudo setorial, ação específica ou ação partilhada, tendo em conta os objetivos do EHEVT, desenvolveu as metodologias julgadas mais adequadas para a sua investigação. De uma forma geral, apostou-se em primeiro lugar no levantamento bibliográfico e documental. Foram feitas consultas em bibliotecas e arquivos. Consultaram-se fontes impressas e

manuscritas. Visitaram-se instituições com espólio histórico à sua guarda. Estudaram-se materiais. Registou-se a sabedoria das gentes locais (mediante inquéritos orientados). Obtiveram-se registos fotográficos. Reuniu-se a cartografia da região, antiga e contemporânea. Organizaram-se peças gráficas e cartográficas relacionadas com o AHFT. Fez-se fotointerpretação e

análise estereoscópica de algumas zonas. Ensaíram-se levantamentos topográficos. Fizeram-se análises geoestatísticas. Recolheram-se amostras para serem analisadas em laboratório. Efetuaram-se, por fim, trabalhos de campo – percorrendo-se muitos terrenos, identificaram-se sítios arqueológicos e fez-se o levantamento (registo escrito, gráfico e fotográfico) de

ocorrências patrimoniais (= OP's)<sup>5</sup>.

Um dos eixos centrais da metodologia dos estudos arqueológicos foi o das prospeções e relocalizações<sup>6</sup>. A necessidade de construir uma base informativa suficientemente sólida a partir da qual se construíssem as sínteses finais assim o exigia. Não obstante os importantes trabalhos feitos anteriormente nesta região



por diversos autores, desde Maria de Jesus Sanches a Francisco Sande Lemos, passando por Adérito Freitas ou Luís Pereira, entre muitos outros, tornava-se necessário investir neste tipo de trabalhos de campo. Por um lado, começou a verificar-se que para um número considerável de sítios arqueológicos registados na bibliografia de referência ou no Sistema de Informação e Gestão Arqueológica – Endovélico (o qual reúne informações sistematizadas resultantes de trabalhos de prevenção, salvaguarda, investigação e valorização patrimonial), as descrições eram algo vagas, impeditivas da sua classificação fundamentada, para além de muitos sítios não se encontrarem georreferenciados. Por outro lado, revelava-se essencial identificar novos sítios (e recolher novos dados nos sítios já conhecidos), como forma de ultrapassar, na medida do possível, as insuficiências que parecia encerrar o mapa de distribuição de sítios conhecidos. Por sua vez, a classificação cronológica e tipológica de todos estes lugares, assente em parâmetros partilhados pela equipa, revelava-se uma condição essencial para a fundamentação concertada do processo interpretativo e a redação das sínteses analíticas finais.

Como forma de racionalizar recursos e articular os estudos setoriais, as prospeções e realocações, com protocolos de registo comuns, foram inscritas no âmbito das “ações partilhadas”, levadas a cabo em simultâneo (mediante trabalho em equipa) pelos estudos da Pré-História, Proto-História, Época Romana à Alta Idade Média<sup>7</sup>.

As realocações foram planeadas para incidir nos sítios “multitemporais”, com ampla cronologia de ocupação, e nos sítios considerados mais significativos no quadro da região. Esta reavaliação *in loco* de certos sítios incidiria, portanto, naqueles já registados na bibliografia e na base de dados Endovélico (ou que foram identificados quando dos estudos de impacte ambiental do projeto), sendo também preferencialmente dirigidas para os sítios referenciados onde existiam dúvidas sobre a sua funcionalidade e cronologia.

As prospeções foram programadas para as áreas a analisar com um grau maior de detalhe, ainda que o conhecimento progressivo do território e da sua ocupação na antiguidade tenha aconselhado ajustamentos nessa programação. Face às insuficiências resultantes da adoção exclusiva de prospeções de tipo extensivo, foram também sendo desenhados planos de prospeções intensivas. Com esta decisão pretendeu-se conferir outra solidez à base informativa na qual assentariam as sínteses finais a produzir, tendo em conta que os resultados assim obtidos poderiam ser

mais reveladores do padrão de povoamento antigo – ou seja, as prospeções de tipo intensivo poderiam revelar uma imagem mais representativa (suficientemente representativa) das modalidades de povoamento antigo na bacia do Tua, bem como da forma como estas evoluíram ao longo do tempo<sup>8</sup>. Não contemplando o EHEVT sondagens ou escavações arqueológicas<sup>9</sup> e não havendo muito sítios escavados na área em estudo – e desconhecendo-se em grande medida a cultura material e a tipologia de sítios que nortearam a ocupação do espaço em certos períodos – essa abordagem mais dirigida e sistemática também se impôs. Tratava-se de uma opção metodológica que, no final, poderia traduzir-se em valor acrescentado para o EHEVT.

Se um dos méritos da prospeção intensiva reside no facto de permitir identificar uma percentagem muito significativa dos núcleos de povoamento antigo, incluindo aqueles revelados por pequenas áreas de dispersão de materiais à superfície, outro dos resultados passíveis de obter (que carecem igualmente de explicação) será o de constatar a existência de áreas vazias de povoamento<sup>10</sup>. Com efeito, no âmbito dos estudos territoriais ou de “Arqueologia da Paisagem”, um dos principais inconvenientes das prospeções extensivas (ou seletivas) reside na forte possibilidade de os resultados proporcionados poderem não ser suficientemente representativos do povoamento antigo. Por um lado, tal resultará do facto de estas prospeções de carácter seletivo, baseadas em critérios pré-definidos (toponímia, fontes orais, geomorfologia, etc.), conduzirem preferencialmente a sítios que se procuram ou cujas características os tornam mais facilmente distinguíveis – ou seja, serão sobretudo este tipo de sítios (geralmente de maiores dimensões) aqueles que são conhecidos e referidos pelas populações locais, que surgem associados a topónimos sugestivos ou que se encontram localizados em áreas geomorfológicas bem características. Neste sentido, corre-se o risco de os sítios revelados por traços mais ténues à superfície, com áreas de dispersão de materiais bastante reduzidas, não serem identificados com frequência, podendo estes constituírem uma parcela muito significativa e estruturante do conjunto de povoamento antigo em certas épocas. Por outro lado, a adoção exclusiva deste tipo de metodologia (e o não reconhecimento dos inconvenientes que encerra) poderá também deformar a “realidade” do povoamento antigo. Isso ocorrerá a partir do momento em que se planeiem e executem as prospeções para áreas específicas com o intuito de colher uma série de



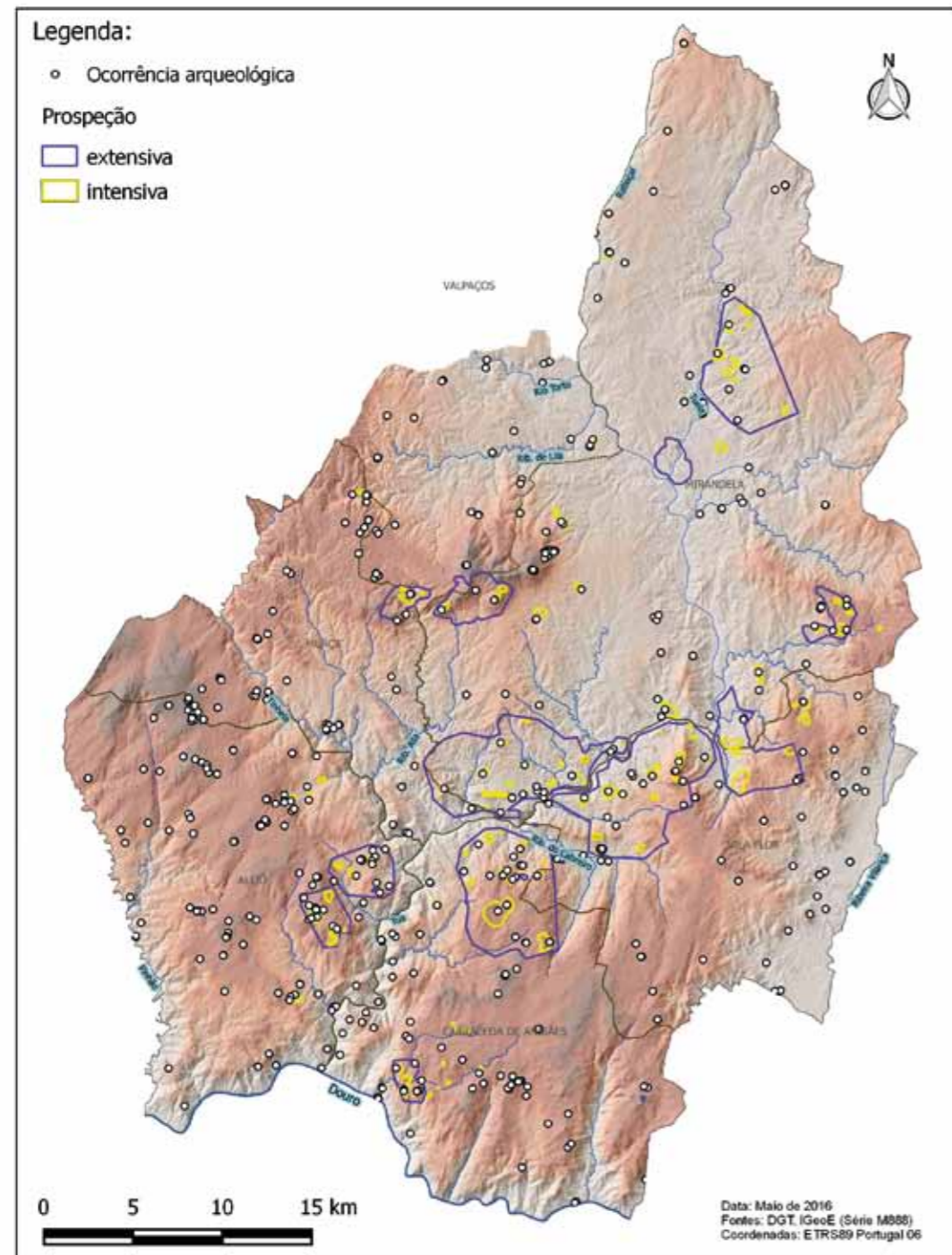
Fot. 8: Rio Tua, junto à aldeia de Amieiro (© P.C. Carvalho).

dados que se ajustem a certas ideias preconcebidas, ou seja, que acabem por confirmar um determinado modelo teórico de povoamento antecipadamente conjecturado. Neste sentido, as prospeções de tipo intensivo, onde a superfície de uma determinada zona é integralmente observada de forma direta e exaustiva (independentemente do suposto potencial arqueológico das diversas áreas que a compõem e sem o recurso a critérios prévios de seleção das áreas a prospectar), poderão revelar-se fundamentais para determinar com mais rigor o padrão de povoamento nas diversas épocas e a sua relação com as variáveis de ordem social e natural.

Esta abordagem exigiria ainda a seleção de áreas que abarcassem distintos contextos geográficos e ambientais, mas que tivessem igualmente em conta a localização de sítios arqueológicos importantes (estruturadores do povoamento em certas épocas), a possível presença de eixos principais (ou corredores naturais) de circulação ou mesmo de recursos naturais significativos, desde que o seu coberto vegetal permitisse a observação do terreno.

A primeira campanha de prospeção decorreu entre março e maio de 2013<sup>11</sup>. De acordo com o que se encontrava estipulado no *Programa Metodológico*, os trabalhos de campo começaram por ser direcionados para zonas específicas, designadamente para as áreas das freguesias ribeirinhas diretamente afetadas pelo empreendimento do AHFT, em ambas as margens do Tua, e para outras áreas aconselhadas pelo seu aparente potencial arqueológico, mas também por aí ser maior a facilidade de progressão no terreno. Nestas áreas começaram por ser realocados alguns dos sítios referidos na bibliografia, sobretudo os mais importantes, com ampla cronologia de ocupação, ou então os que se encontravam insuficientemente caracterizados. Outros, inéditos, começaram progressivamente a ser identificados.

As prospeções intensivas foram também iniciadas. O seu desenho, porém, foi adaptado às características do terreno, não podendo assumir a amplitude inicialmente prevista. Logo nesta primeira campanha de prospeção, foi notória a grande dificuldade em selecionar áreas que permitissem prospeções sistemáticas, intensivas e de



Relação entre as diferentes áreas de prospeção e as ocorrências arqueológicas registadas no Vale do Tua



Mapa 5: Áreas prospektadas e ocorrências arqueológicas identificadas.

cobertura total. A sucessão e a multiplicação de áreas muito florestadas, com uma densa cobertura vegetal, ou então surribadas, impossibilitaram mesmo a execução do plano de prospeções intensivas de cobertura total<sup>12</sup>, tornando-se apenas possível concretizar essas prospeções intensivas em áreas relativamente pequenas e espaçadas entre si, sempre que as características do terreno as possibilitavam. Esta descontinuidade foi, sempre que possível, mitigada mediante um plano de prospeções extensivas na zona envolvente, englobando assim numa mesma área as parcelas de terreno que foram sistematicamente percorridas de forma exaustiva – todas estas áreas, para mapeamento futuro, foram sendo assinaladas pela equipa de prospeção na respetiva CMP 1:25.000 (Mapa 5)<sup>13</sup>.

Não obstante esta adaptação metodológica, o investimento efetuado acabou por permitir abarcar, no total, ao longo desses três primeiros meses de prospeção extensiva e intensiva, uma área com cerca de 140 km<sup>2</sup>. Esta área englobou distintos contextos geográficos e ambientais, posicionados ao longo do curso do Tua, particularmente entre a Sobreira, Abreiro, Barcel e Navalho, entre o Vieiro, Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas e ainda em torno de Codeçais e Pereiros. No quadro destas prospeções e não esquecendo as relocalizações avulsas de sítios que foram sendo feitas um pouco por toda a região do EHEVT, observaram-se *in loco* mais de uma centena de sítios (georreferenciados e caracterizados), alguns com ocupações de diferentes épocas. Uma parte relativamente importante do conjunto destas ocorrências arqueológicas foi considerada inédita<sup>14</sup>.

Em termos de protocolo de registo refira-se ainda que os sítios arqueológicos foram sempre georreferenciados com recurso a GPS, definindo-se as áreas de dispersão de vestígios à superfície ou os perímetros amuralhados (ou ainda os trajetos, no caso das vias), o que permitiu mapeá-los através de polígonos e não apenas por pontos (os pontos assinalaram estruturas isoladas, como é o caso dos lagares escavados na rocha). Esse procedimento, porém, revelou-se de difícil execução – sobretudo devido à cobertura vegetal que frequentemente não permitiu uma cabal observação da extensão dos vestígios.

Uma segunda campanha de prospeções decorreu no final de 2013 (um mês de trabalho de campo). À equipa de arqueólogos juntou-se o geólogo Manuel João Abrunhosa, responsável pela ação “Geologia da área em estudo”<sup>15</sup>. Durante esse mês, a equipa de prospeção procurou relocalizar sítios arqueológicos que não tinha sido possível observar *in loco* anteriormente – alguns

careciam de uma georreferenciação precisa; outros necessitavam de uma melhor caracterização. Também se procuraram sítios que pudessem ser considerados inéditos. A época do ano escolhida acabou por facilitar a progressão no terreno, permitindo mesmo observar alguns locais que antes não tinham sido percorridos devido à vegetação e também aos cultivos (ainda que outros, repletos de matos, continuassem a revelar-se também nesta época dificilmente localizáveis e/ou observáveis).

Os trabalhos de campo continuaram particularmente a incidir nos mesmos “blocos geográficos”, centrados numa área que se estende ao longo do rio Tua. Mereceram então particular atenção as áreas da Garraia (Murça) e da Ribeira d’Aila (fronteira entre a serra da Garraia e a serra de Passos/Santa Comba), o planalto de Zedes (Alijó) e a área do Cachão (Vila Flor); outras áreas (sobretudo as terras mais aplanadas e férteis ao longo do Tua, a jusante de Mirandela, depois da confluência do Tuela e do Rabaçal) foram igualmente percorridas, mas com resultados infrutíferos, uma vez que o cultivo intensivo e mecanizado das terras inviabilizou em grande medida a identificação ou relocalização de sítios.

Concluída esta campanha, a área percorrida extensivamente (incluindo as áreas prospektadas de modo mais intensivo – quase 20 km<sup>2</sup>) totalizava cerca de 250 km<sup>2</sup>, englobando distintos contextos geográficos e ambientais, posicionados ao longo do Vale do Tua.

Com o término desta campanha de prospeções, e não obstante a enorme extensão da área em estudo (e do elevado número de sítios já referenciados), tinha sido visitada uma parte muito significativa de sítios arqueológicos. Porém, uma parcela mais pequena desse conjunto permanecia por identificar e caracterizar no terreno, por serem vagas as referências anteriores à sua localização ou então pelo facto de não ser possível percorrê-los devido ao coberto vegetal. Também não foi possível concentrar mais esforços na prospeção intensiva de certas zonas com vista à descoberta de novos sítios. Seja como for, no final, o acréscimo de informação (quantitativa e qualitativa) era significativo, não obstante todas as limitações que as prospeções arqueológicas encerram quando se procuram classificar os sítios (em termos tipológicos e cronológicos) com base apenas nos materiais observados à superfície<sup>16</sup>. Os mapas finais com todos os sítios arqueológicos por cronologia são reveladores dessa mesma quantidade e diversidade da informação de natureza arqueológica e do modo como o povoamento antigo se distribui pela região do EHEVT.

Uma derradeira campanha de prospeção teve lugar



Fot. 9: Vale do Tua, junto a S. Mamede de Ribatua (tirada do sítio romano das Cortinhas); à esquerda e, ao cimo, a Senhora da Cunha (© P.C. Carvalho).

em outubro de 2104, no quadro do designado *Plano de Reforço*. Durante esse mês foi possível realocar e avaliar mais alguns sítios (c. 40), até então insuficientemente caracterizados sob o ponto de vista cronológico e funcional, e descobrir 7 ainda inéditos. Os sítios do Alto da Cerca dos Mouros (Jou, Murça), Cerca (Valverde, Alijó) e Rei Orelhão (Lamas de Orelhão, Mirandela) foram também prospetados com recurso a detetores de metais. Com efeito, ao longo dos trabalhos de campo, verificou-se que para vários sítios não havia nenhum indicador objetivo que permitisse sustentar uma cronologia de ocupação ou uma balizagem cronológica mais precisa. O uso de detetores de metais foi assim entendido como meio auxiliar de diagnóstico passível de esclarecer essas dúvidas. Refira-se, porém, que neste curto ensaio efetuado no Vale do Tua perspetou-se sempre a utilização de detetores de metais como uma técnica não destrutiva, não se recolhendo nenhum material que estivesse soterrado mais do que 15 a 20 cm (ou seja, que estivesse depositado para além da camada arável ou revolvida de superfície).

No final deste trabalho de prospeção, totalizando cinco meses de trabalho de campo, tinham sido

identificadas (contando também com as que já se encontravam inventariadas) 622 ocorrências (sítios e achados isolados), assim repartidos: 186 ocupações da Pré-história, 70 da Proto-história, 172 de Época Romana e 167 da Idade Média. A maioria destes lugares foram realocados durante os trabalhos de prospeção, com o intuito de os caracterizar: foram visitados cerca de 110 sítios com ocupação pré-histórica, c. 60 sítios com ocupação proto-histórica, c. 120 de época romana, sendo também confirmadas no terreno cerca de 140 ocorrências medievais. Finalmente, em termos de ocorrências/ocupações inéditas (incluindo alguns achados isolados), os valores são os seguintes: Pré-história: 34; Proto-história: 10; Romano: 20; Idade Média: 49 – registre-se que muitos destes lugares têm ocupação multi-temporal, sendo contabilizadas como inéditas as ocupações (i.e., havia sítios já conhecidos, mas com ocupações de certos períodos até então desconhecidas). Estes sítios arqueológicos e achados isolados foram mapeados à medida que foram sendo localizados no terreno. A respetiva numeração sequencial resulta sobretudo deste processo. Sendo assim, a ordem numérica de inventário do EHEVT não obedece a uma

sequência que, noutra contexto que o facilitasse, poderia ter sido ditada por um critério geográfico.

Para além das prospeções partilhadas, os responsáveis pelos estudos setoriais efetuaram pontualmente alguns trabalhos de campo, visitando sítios que colocavam dúvidas específicas e procurando ler o território à luz dos conhecimentos que iam obtendo, nomeadamente ao nível das dinâmicas de povoamento antigo, corredores de circulação e possíveis áreas de fronteira.

Em termos de trabalhos de campo com idêntica exaustividade ou superior, destaca-se o levantamento dos testemunhos etnográficos: desde os muros apiários e pomares murados, aos fornos de secar figos, lagares e azenhas, para além de outras ocorrências patrimoniais relacionadas com a pesca, a navegação e a passagem do rio Tua. Ao levantamento da arquitetura vernacular juntaram-se os socalcos que armam as encostas do vale, desenhando de forma única e particularmente expressiva o perfil desta paisagem cultural de exceção, construída pelo Homem sobretudo nos últimos séculos. O Vale

do Tua, mesmo quando este se mostra mais cavado e de vertentes muito íngremes, apresenta importantes testemunhos da ocupação humana e da relação única que o Homem estabeleceu com a paisagem – mesmo nesta zona do vale, até nos locais mais insuspeitos, surgem marcas expressivas dessa ocupação e dessa íntima relação.

Foram ainda realizados trabalhos de campo no âmbito dos estudos sobre a Mineração Antiga e da Geologia da área em estudo, os quais implicaram recolhas de amostras (incluindo matérias-primas minerais localizadas *in situ* ou amostras por bateamento das areias do Tua) para posterior análise em laboratório. Estes trabalhos articularam-se com análises estereoscópicas (fotointerpretação) de algumas zonas, essenciais para a interpretação tanto de áreas mineiras, como de áreas relacionadas com a exploração de outros recursos naturais. Trabalhos de campo conjuntos foram ainda desencadeados, nomeadamente pelos responsáveis do Estudo Setorial da Pré-História e da Geologia, no quadro da identificação de matérias-primas minerais



Fot. 10: Rio Tua, junto a Amieiro (© P.C. Carvalho).



Fot. 11: Paisagem entre o vale do Tua e o vale do Douro, vista desde a Senhora da Cunha (© P.C. Carvalho).

(não metálicas) de relevância fundamentada para a Pré-História Recente, no âmbito das pesquisas no terraço do Vale de Juncal e noutros adjacentes (numa zona entre Rabaçal, Tuela e Alto Tua) e na fase de avaliação das áreas mais propícias às recolhas para análises polínicas e antracológicas. A ação da Geoarqueologia dos socos articulou-se igualmente com outras intervenções, elegendo a área das escavações de A Pedreira e das Regadas (para além de uma outra, junto ao Tua, na Quinta da Ribeira), para abertura de valas e recolha de amostras. O estudo arqueogeográfico desenvolveu igualmente o seu trabalho de campo e identificou paleoformas através da fotointerpretação, como é descrito no respetivo estudo.

No quadro metodológico do EHEVT, e no âmbito das ações transversais, partilhadas por diferentes estudos, revelou-se estruturante o Sistema de Informação Geográfica (SIG) concebido especificamente para o efeito a partir dos inícios de 2013. Não vamos detalhar o modo como se operacionalizou este SIG, como se procedeu à gestão de um vasto conjunto de informação, assente em múltiplas bases de dados georreferenciados, também criadas para o EHEVT<sup>17</sup> – tal será efetuado no Cap. 10, assinado por Marcos Osório e Telmo Salgado. Avançamos apenas com uma ideia expressa desde o início: não basta saber explorar as potencialidades dos SIG – a sua operacionalidade só será efetiva se assentar num conjunto fiável de dados espacialmente referenciado e enquadrável em parâmetros descritivos e classificativos consensualizados, servindo estes dados de

base à posterior produção de cartografia interpretativa multivariada, mediante a individualização, associação ou interligação de diferentes tipos de informação<sup>18</sup>. Ora, esta perspetiva pressupõe igualmente a execução prévia de trabalhos de prospeção que permitissem a construção de uma plataforma informativa mais sólida.

A localização e desenho das áreas de ocorrências patrimoniais, a sua visualização e a partilha de resultados entre as várias equipas, efetuaram-se mediante a aplicação web *GIS Cloud*, permitindo a todos os envolvidos trabalharem em rede e *on line*<sup>19</sup>. Foram vários os exercícios de análise espacial vetorial e *raster* efetuados – direcionados para uma época ou temática específica ou cruzando dados entre diferentes épocas / temáticas. Nesse quadro foram projetados, entre outros, territórios de marcha, bacias de visão, caminhos ótimos e *heatmaps*. As possibilidades de análises não se esgotaram, porém, no EHEVT. A informação registada e armazenada é muito extensa e de diversa natureza. Este enfoque analítico, no quadro de um SIG, deverá continuar a ser trabalhado em investigações académicas ou de carácter estritamente científico, podendo então aprofundar-se, designadamente, a questão do impacto das variáveis de ordem natural (e.g. topografia, capacidade de uso dos solos, rede hidrográfica e recursos geológicos) na distribuição do povoamento antigo ao longo do tempo e na construção das paisagens históricas<sup>20</sup>. Entre outras abordagens possíveis, as análises dos mapas de densidades de sítios (e a permanência ou não dessas mesmas densidades de uma época para a outra) poderão ser aprofundadas, assim como o cruzamento de informações de natureza distinta (arqueológica, histórica



Fot. 12: S. Mamede de Ribatua, próximo da Foz do Tua, e ao fundo o “Castelo de Linhares” (© P.C. Carvalho).

e etnológica) no mapeamento da rede viária na longa duração. No quadro do EHEVT, face aos prazos e ao próprio âmbito da monografia projetada, não se afigurava exequível explorar todas as vias possíveis de estudo do território do Tua, nomeadamente em ambiente SIG. Mas será possível fazê-lo em futuras investigações, algo diferentes e mais detalhadas, partindo de todo o conjunto de dados reunidos. Essa, aliás, será outra forma de compensar a região no futuro. Seja como for, não obstante todo um trabalho ulterior que pode e deve ser realizado, a criação do SIG do EHEVT – desde logo promotor de convergências metodológicas – constituiu certamente uma das marcas distintivas deste estudo territorial, indo ao encontro das boas práticas da investigação em “arqueologia e território”.

Ainda a propósito da plataforma SIG / Bases de Dados, uma última indicação: as ocorrências viárias georreferenciáveis (troços de calçada e pontes) foram objeto de um registo particular. Ao perspetivar o estudo dessa rede viária na longa duração e tendo em conta a dificuldade em atribuir a uma época específica à sua construção (reconstrução / reparação e uso), decidiu-se reunir numa única base de dados a informação arqueológica recolhida sobre o assunto. Isso implicou, a dado momento, a migração dos registos viários lançados até então nas BD do Período Romano e Alto-Medieval / Medieval para outro formulário / BD

(-viação antiga)<sup>21</sup>. Pareceu-nos ser esta a melhor solução, atendendo não só à referida dificuldade em datar essas materialidades, mas também ao facto de estas calçadas e pontes pertencerem a diferentes épocas – ou seja, mesmo que na origem fossem romanas e / ou medievais, estas foram percorridas ao longo do tempo e da História, sendo também continuamente reparadas na Época Moderna e até tempos relativamente recentes. Como veremos, na abordagem da rede viária antiga desta região – efetuada no âmbito do estudo setorial romano, mas com contributos de outros estudos – revelou-se fundamental o cruzamento dos dados arqueológicos, das fontes documentais e das informações de natureza etnológica (lugares de barcas de passagem dos rios, por exemplo), articulando-se ainda com o estudo arqueogeográfico (rede viária suprarregional na longa duração), sem esquecer a importância da documentação cartográfica antiga, como sejam os mapas do Período Moderno. Estudo que se revelou muito complexo, mas cujos resultados finais foram potenciados face a essa articulação de informações com diferentes origens.

A conclusão do processo de aquisição e sistematização de toda a informação nos inícios de 2015 permitiu dar verdadeiramente início à redação das sínteses analíticas finais – finalizadas no decurso de 2016 – em torno da ocupação e exploração do Vale do Tua ao longo do tempo.



Fot. 13: Área central de estudo, com a serra de Passos ao fundo e dois sítios arqueológicos estruturantes desta região: o Crasto de Palheiros e o Castelo de Carlão (foto captada a partir da Sr.<sup>a</sup> da Cunha) (© P. C. Carvalho).



Fot. 14: Quadrante sudeste da área em estudo, com o planalto de Carrazeda de Ansiães e o vale de Freixiel em destaque, visto da Senhora da Assunção (© P.C. Carvalho).



Fot. 15: Localização de sítios arqueológicos numa parte da área em estudo, alguns nas imediações da aldeia de Abreiro (Mirandela) (Foto captada a partir do povoado de St.ª Catarina de Abreiro) (© P.C. Carvalho).

## NOTAS

<sup>1</sup> Não reproduzimos aqui os contornos exatos dessa subdivisão geográfica, fundamentalmente traçada com base nos cursos dos rios e cumeadas das serras – estes podem ser consultados no Programa Metodológico do EHEVT (abril de 2012) e em alguns dos Relatórios semestrais ou de progresso do EHEVT entregues à Tutela e à EDP a partir dessa data (relatórios semestrais efetuados de acordo com o estipulado na alínea 8 do Segundo Aditamento ao RECAPE – Parecer da Comissão de Avaliação – do AHFT, datado de 12 de abril de 2011). Alguns estudos nos capítulos seguintes também aludem às zonas onde concentraram mais a sua atenção, nomeadamente na relação entre povoamento, territórios de exploração e recursos naturais disponíveis, e referem as razões dessa escolha.

<sup>2</sup> Uma das áreas preferenciais de estudo para abordar os processos históricos que pautaram as diferentes épocas foi uma faixa que se estendeu por ambas as margens do Tua, percorrendo este território de sul para norte, partindo do vale do Douro.

<sup>3</sup> A mesma questão, mas que não foi possível resolver de idêntica forma, colocava-se para o limite sudeste da área do EHEVT, uma vez que uma outra possível capital de *ciuitas* também se localiza junto ao limite do concelho de Vila Flor; já em pleno Vale da Vilarça, no sítio de Chão da Capela (Junqueira, Torre de Moncorvo) – território a ser estudado pelo projeto associado à construção da barragem do Baixo Sabor:

<sup>4</sup> Tendo como referência a cota 195, uma pouco acima da cota do NPA 170+1, enunciadas designadamente no documento “Estudo de Impacte Ambiental do AHFT. Resumo Não Técnico, p. 6”.

<sup>5</sup> Relação dos arquivos e bibliotecas onde se efetuaram consultas: Arquivo da ARH-N, Arquivo da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (Museu do Douro), Arquivos da ex-Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos e da ex-Circunscrição Mineira do Norte, Arquivo do Museu do Douro, Arquivo da Real Companhia Velha, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Distrital de Braga, Arquivo Distrital de Bragança, Arquivo Distrital do Porto, Arquivo Distrital de Vila Real, Administração Regional Hidráulica do Norte, Arquivo Municipal de Alijó, Arquivo Municipal de Carrazeda de Ansiães, Arquivo Municipal de Mirandela, Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Municipal de Alijó, Biblioteca Municipal de Carrazeda de Ansiães, Biblioteca Municipal de Mirandela, Biblioteca Municipal de Murça, Biblioteca Municipal do Porto, Biblioteca Municipal da Torre de Moncorvo, Biblioteca Municipal de Vila Flor, Biblioteca Municipal de Vila Real, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Biblioteca do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, Biblioteca do Instituto de História Económica e Social da

Universidade de Coimbra, Biblioteca Sottomayor Cardia da FCSH-UNL, Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Biblioteca Geral da UTAD, Biblioteca da Universidad de Cantábria, Biblioteca Tomás Navarro Tomás del Centro de Ciencias Humanas y Sociales (CCHS) del CSIC, Biblioteca da Facultad de Geografía e Historia da Universidad de Salamanca, Biblioteca del Instituto Geológico y Minero de España (IGME), Biblioteca de Arqueología do Palácio Nacional da Ajuda, Biblioteca da Brotéria, Biblioteca do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Biblioteca do Centro de Memória da Torre de Moncorvo, Biblioteca do Museu do Douro – Régua, Biblioteca do Museu Municipal de Ílhavo, Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros, Centro Cultural Municipal (Mirandela), Centro Interpretativo do Castelo de Ansiães (Carrazeda de Ansiães), Centro Interpretativo do Castro de Palheiros (Murça), Sistema de Informação de Ocorrências e Recursos Minerais Portugueses (SIORMINP), Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), Museu do Abade de Baçal, Museu Numismático de Vila Real, Museu Abade Baçal, Museu da Vila Velha, Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real, Museu de Arqueologia e Pré-História, Museu Municipal Dr.ª Berta Cabral e Museu Nacional de Évora.

<sup>6</sup> Abordamos esta metodologia em particular (planeamento e execução) de forma mais circunstanciada, na medida em que, tendo sido uma ação estruturante comum à Pré e Proto-História, ao Romano e à Alta Idade Média, não será objeto de detalhe mais adiante por nenhum destes estudos. Ao mesmo tempo, por forma a que se avalie melhor a natureza dos resultados obtidos, consideramos importante explicitar previamente o protocolo de aquisição e registo dos dados.

<sup>7</sup> As campanhas de prospeção foram levadas a cabo no terreno por Joana Castro Teixeira, Dulcineia B. Pinto, Sofia Tereso e Tiago Pereira (entre março e maio de 2013), juntando-se a esta equipa Rui Santo (em substituição de Sofia Tereso) numa segunda fase (outubro / novembro de 2013); no derradeiro mês de prospeções (outubro de 2014) participaram Sofia Tereso e Tiago Pereira – equipa de prospetores dotada de competências específicas e habilitada a identificar vestígios de diferentes épocas. Um primeiro ensaio de prospeção, direcionado para a realocização de sítios de Época Romana, foi efetuado por Miguel Cipriano Costa (entre janeiro e fevereiro de 2012).

<sup>8</sup> A participação do geólogo nestes trabalhos de prospeção foi perspectivada no sentido da recolha de dados que permitisse uma aproximação à exploração dos recursos naturais, podendo ajudar a interpretar os resultados das distribuições de povoamento. O mesmo aconteceu, quando se revelou possível, com a participação da equipa responsável pelo estudo da mineração antiga.

<sup>9</sup> Com a exceção da escavação efetuada em 2012 e 2014 (ao longo de c. 7 meses) no sítio com ocupação Pré-histórica

de “A Pedreira” (OP206). Um outro local (o sítio de “As Regadas”, OP316, junto ao curso do Tua, igualmente com ocupação pré-histórica), descoberto pela equipa de obra do AHFT (e intervencionado no contexto das medidas de minimização preconizadas para este sítio), foi igualmente escavado (entre julho e outubro de 2013 e entre setembro de 2014 e julho de 2015), beneficiando o estudo setorial da Pré-história dos resultados dessa intervenção. O mesmo estudo chamou ainda a si sondagens mecânicas no terraço Fluvial de Vale de Juncal (fevereiro de 2015), no quadro de uma ação específica reformulada e direcionada muito especificamente para a obtenção de dados sobre a Pré-história antiga. No âmbito de estudo arqueogeográfico, foram ainda feitas sondagens pontuais no lugar de Caravelas (Mirandela) com objetivos muito específicos (realizadas em julho de 2014).

<sup>10</sup> Se a ausência de povoamento antigo em certas áreas (e para certas épocas) poderá explicar-se por razões de ordem geomorfológica e ambiental, quer por serem zonas mais agrestes, com declives acentuados e solos esqueléticos, quer por poderem ser zonas de terrenos alagadiços, pesados, formados por depósitos aluviais, noutras áreas a inexistência de núcleos de povoamento não poderá ser explicada de igual forma, uma vez que poderão corresponder a zonas que em termos geoambientais são em tudo idênticas àquelas onde se registam sítios. Assim sendo, estas ausências (tal como as distribuições de sítios tendencialmente agrupados a espaços regulares) poderão antes relacionar-se com causas de ordem social e com a própria estratégia económica de exploração do território.

<sup>11</sup> Esta primeira campanha estava prevista para o segundo semestre de 2012 (numa época do ano – outono – mais propícia às prospeções). O atraso verificado na aprovação do *Plano Metodológico reformulado* implicou que esta ação fosse reprogramada e transferida para a 1.º semestre de 2013, também por se considerar que não se deveria protelar mais a sua execução.

<sup>12</sup> Nas encostas surribadas sobretudo do Douro são os socalcos das vinhas que apagam os vestígios e tornam as prospeções infrutíferas. Em outras áreas aplanadas, especialmente na Bacia de Mirandela, a intensidade dos cultivos também dificulta ou desaconselha as prospeções. E o mesmo acontece com outras zonas, estas incultas, invadidas por matos, encobrindo por completo eventuais vestígios, como designadamente sucede no planalto de Carrazeda de Ansiães.

<sup>13</sup> Desde o início foram dadas indicações expressas à equipa de prospeção para desenhar cartograficamente todas as áreas prospetadas, mesmo quando nestas não se identificava qualquer ocorrência.

<sup>14</sup> A indicação “inédito” foi atribuída quer a sítios arqueológicos identificados pela primeira vez (não se

encontrando referidos na bibliografia nem na base de dados Endovélico), quer a ocupações de um determinado período registadas pela primeira vez num sítio antes referenciado (mas exclusivamente para outras épocas), quer ainda a “achados isolados” / estruturas (associadas a sítios) / estruturas lineares sem referências anteriores.

<sup>15</sup> A integração do geólogo na equipa revelou-se determinante, a título de exemplo, para o reconhecimento de uma jazida de feição Mustierense, no Vale de Juncal.

<sup>16</sup> Nem sempre um sítio arqueológico reflete à superfície de forma suficientemente fidedigna o que se encontra soterrado. Nesta região, como antes referimos, tanto as surribas como a cobertura vegetal densa ou ainda as construções recentes podem não só dificultar bastante a avaliação de um sítio arqueológico como podem inclusivamente impedir a sua identificação. Por sua vez, a própria identificação de certo tipo de sítios torna-se particularmente difícil para determinadas épocas, como seja a Alta Idade Média, por estes horizontes cronológicos poderem gerar um tipo de registo arqueológico que torna as ocupações praticamente invisíveis à superfície.

<sup>17</sup> No total foram efetuadas 17 bases de dados, as quais reúnem um conjunto de 2253 elementos espaciais georreferenciados (desde sítios arqueológicos a património histórico, passando pelas azenhas, embarcações e pesqueiras da componente etnológica).

<sup>18</sup> Tal implicou a conceção de fichas descritivas dos sítios, construídas a partir de uma base comum (adaptáveis às especificidades de registo dos Estudos), centradas na georreferenciação, descrição dos vestígios e classificação tipológica e cronológica dos sítios / OP, e inscritas num sistema que permitisse produzir uma cartografia partilhada por todos, de acordo com idênticos princípios organizativos e de representação.

<sup>19</sup> O correto manuseamento destas plataformas e ferramentas informáticas exigiu que a equipa SIG concebesse detalhados manuais do utilizador, enviados a toda a equipa.

<sup>20</sup> As relações dos sítios que se podem procurar estabelecer com as variáveis naturais (substrato rochoso, altitude, proximidade das linhas de água, grau de inclinação do terreno, exposição solar das vertentes, fisionomia orográfica, capacidade de uso dos solos, entre outras) são múltiplas. Algumas destas relações foram já ensaiadas em certos estudos. Mas outras, com a inclusão de análises estatísticas ou comparando épocas, podem e devem ser efetuadas em trabalhos posteriores de índole mais especializada.

<sup>21</sup> A dada altura também se procedeu à exportação para as BD's da epigrafia e numismática todos os ID's relativos a inscrições ou moedas romanas achadas descontextualizadas. O mesmo aconteceu com todas as ocorrências identificadas como minas (transitaram para a BD-Mineração Antiga).



## BIBLIOGRAFIA

COBA, Agroconsultores e (1991): *Carta dos solos. Carta do uso actual da terra e carta de aptidão da terra do Nordeste de Portugal*, Vila Real: UTAD.

DAVEAU, S. (1995): *Portugal Geográfico*, Ed. João Sá da Costa, Lisboa.

SANTOS, J. G. (2005): *As bacias de Mirandela, Macedo de Cavaleiros e de Vilarica – Longroiva. Estudo de Geomorfologia*, Tese de Doutoramento (policopiada), Instituto de Estudos

Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

SANCHES, M. J. (1997): *Pré-História recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. O abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto regional. In Textos*, 1, 2 vols. Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

RIBEIRO, O. (1977): *Introduções Geográficas à História de Portugal*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa.

## DOCUMENTAÇÃO BASE INICIAL

APA (2009): *DIA para o projecto de AHFT, emitida pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente, datada de 11 de Maio de 2009.*

PROFICO Ambiente (2008): *Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua.*

PROFICO Ambiente (2008): *Aditamento ao Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua.*

PROFICO Ambiente (2010): *Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua.*